

RECURSO ESPECIAL Nº 1.816.144 - SP (2019/0147461-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : DANIEL DE SOUZA - SP150587
MARIA ELISA PERRONE DOS REIS TOLER - SP178060
DENISE LEONARDI DOS REIS - SP266766
LARISSA CRISTINA FERREIRA MESSIAS - SP289357
KLEBER FARIA SECATTO - SP279711
CLICIA DO NASCIMENTO VECCHINI - SP304688
RECORRIDO : LUCIANA APARECIDA GUSSONI DE SOUZA
RECORRIDO : MARCO CESAR GUSSONI
ADVOGADO : ADRIANO GOLDONI PIRES - SP186218

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. PARALISAÇÃO DO PROCESSO POR TEMPO SUPERIOR AO PRAZO PRESCRICIONAL DA PRETENSÃO DE DIREITO MATERIAL. CONTRADITÓRIO. OCORRÊNCIA. TESE FIRMADA NO TEMA 1 DO IAC. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Banco do Brasil S.A. contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 338):

APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA - ETAPA DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DESCONTO DE TÍTULO - EXTINÇÃO - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE RECONHECIDA - RECURSO - DESNECESSIDADE DA INTIMAÇÃO PESSOAL - RECENTE POSICIONAMENTO DO STJ ALINHADO COM A SÚMULA 150 DO STF - RECURSO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 366-371).

Em suas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 210-222), o recorrente alega violação dos arts. 791 do Código de Processo Civil de 1973 e 487 do Código de Processo Civil de 2015, bem como a existência de dissídio jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, a impossibilidade de reconhecimento de prescrição intercorrente em execução suspensa, com base na ausência de bens penhoráveis, sem que tenha ocorrido sua prévia intimação pessoal para dar andamento ao processo.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 534).

O Tribunal de origem admitiu o recurso especial (e-STJ, fls. 535-537).

Brevemente relatado, decido.

A Segunda Seção desta Corte, por ocasião do julgamento em 27/6/2018 do REsp 1.604.412/SC, admitido como incidente de assunção de competência (Tema 1), pacificou a divergência entre suas turmas integrantes, consolidando as seguintes teses acerca da prescrição intercorrente sob a vigência do CPC/1973:

1. As teses a serem firmadas, para efeito do art. 947 do CPC/2015 são as seguintes:

1.1 Incide a prescrição intercorrente, **nas causas regidas pelo CPC/73**, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, conforme interpretação extraída do art. 202, parágrafo único, do Código Civil de 2002.

1.2 O termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de um ano (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980).

1.3 O termo inicial do art. 1.056 do CPC/2015 tem incidência apenas nas hipóteses em que o processo se encontrava suspenso na data da entrada em vigor da novel lei processual, uma vez que não se pode extrair interpretação que viabilize o reinício ou a reabertura de prazo prescricional ocorridos na vigência do revogado CPC/1973 (aplicação irretroativa da norma processual).

1.4. O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição (grifos no original).

Conforme essa orientação jurisprudencial de observância obrigatória, nos termos do art. 927, III, do CPC/2015, nas execuções paralisadas sem prazo determinado, inclusive no caso de suspensão por ausência de bens penhoráveis (art. 791, III, do CPC/1973), o prazo prescricional da pretensão de direito material anteriormente

interrompido reinicia após o transcurso de 1 (um) ano do último ato do processo.

Além disso, por se tratar de matéria de ordem pública, a prescrição pode ser conhecida de ofício, desde que assegurado o prévio contraditório, a fim de possibilitar ao credor a oposição de fato obstativo, em vez do impulsionamento do processo, porque esta providência é própria do abandono processual – hipótese de extinção do processo sem julgamento de mérito, que, para sua decretação, independe da prescrição (caso de extinção processual com julgamento de mérito, ocorrente apenas pela inércia por tempo superior ao legalmente previsto para o exercício da pretensão).

No caso dos autos, o Tribunal de origem confirmou a decisão que declarou a prescrição intercorrente da execução de título, nos seguintes termos (e-STJ, fls. 339-340):

Definitivamente, na interpretação recente do STJ, Resp nº 1.604.412-SC, e por força da Súmula 150 do STF, desnecessário se cogitar da pessoal intimação, manifesta a inércia e desídia da credora. O processo fora suspenso em 2008 e retomado seu curso normal apenas 2017, mediante o seu desarquivamento, daí porque se evidencia com extrema facilidade a ocorrência de prescrição intercorrente, cuja ação fora iniciada no ano de 2006.

Transitada a sentença em julgado em novembro de 2017, veio a ser apresentada palmilha de calculo e reclamada penhora online, restando infrutífera.

Em agosto de 2008 foi pleiteada a suspensão do feito, somente retomado aos 17 de janeiro de 2017, mesmo se computado um ano de paralisação, em 2014 já teríamos a prescrição intercorrente em sintonia com a Súmula 150 do STF.

Não há espaço, portanto, para o prequestionamento, e o sobrestamento de 2008 delongado até 2017 está a comprovar que a instituição financeira agiu com extrema desídia, bastando a sua omissão, não podendo eternizar o andamento do feito e na conformidade do voto vista apresentado pela segunda juíza.

É o que resulta claro desta sinalização, não havendo qualquer prequestionamento, mantendo-se a verba sucumbencial reputada adequada à matéria pautada.

Consta no acórdão dos embargos de declaração o seguinte excerto (e-STJ, fl. 370):

Definitivamente, o termo inicial do prazo prescricional na vigência do CPC de 1973 conta-se do fim do prazo judicial da suspensão do processo, ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de um ano, pela aplicação analógica do artigo 40, § 2º, da Lei nº 6.830/80.

Superior Tribunal de Justiça

Respeitado o contraditório amplamente, em primeiro e segundo graus, não se aplica ao recurso o artigo 1.022 do CPC, remanescendo prejudicado o prequestionamento.

Considerando que a instituição financeira, mesmo advertida, advoga tese uniformizada e sumulada, cabe cominar a multa prevista pelo artigo 77, incisos IV e VI, do CPC, em prol do Estado, à soma correspondente a 5 salários mínimos, sob pena de inscrição na Dívida Ativa (Cadin). (Sem grifo no original).

Desse modo, aplicada a tese firmada em incidente de assunção de competência, é impositivo o reconhecimento da prescrição intercorrente da pretensão executória.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília-DF, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator